

UM PERCURSO HISTORIOGRÁFICO SOBRE O NOME

Thami Amarilis Straiotto Moreira¹
thamiamarilis@yahoo.com.br

Resumo: A nomeação é uma das funções que atribui significado as coisas do mundo. Tais significados organizam e classificam as formas de perceber a realidade, além de estarem ligados diretamente aos valores culturais de cada comunidade e época. Ao longo dos séculos, as teorizações acerca do nome e suas propriedades geraram discórdia entre os filósofos e linguistas. Por isso, este artigo faz um pequeno percurso historiográfico sobre o nome com a intenção de verificar a continuidade e a ruptura nas definições formuladas sobre ele. Começando por Platão (428/348 a.C.), esse percurso historiográfico chega até autores contemporâneos como Rajagopalan, linguista influente em estudos identitários, e Brah, socióloga que pesquisa o nome e suas variações de sentido de uma cultura para outra.

Palavras-chave: Nomeação. Identidade. Valores culturais.

Abstract: The act of naming is one of the functions that makes meaningful things of the world. This meanings organize and classify the manners of catching the reality, furthermore, they are directly linked to the cultural values of each community and time. As time goes by, the theories on naming and its characteristics promoted disagreement among philosophers and linguists. Therefore, this paper brings up a brief historiographic route about naming in order to verify the continuity and the rupture in the concepts about it. Starting with Plato (428/348 b.C.), this historiographic route comes to contemporary authors as Rajagoapalan, an influential linguist in studies on identity, and Brah, sociologist who researches the act of naming and its meaning shifts from a culture to another.

Keywords: Naming. Identity. Cultural values.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS: REFLEXÕES SOBRE O NOME

A nomeação é uma das questões centrais quando o assunto é a relação entre linguagem e mundo. Em geral, a relação linguagem/realidade é bastante complexa por si só, e a nomeação é apenas uma das funções importantes que a linguagem desempenha nessa relação, pois os significados dos nomes organizam e classificam as formas de perceber o mundo, além de estarem ligados diretamente a uma cultura ou comunidade.

Um nome não é uma palavra aleatória ou qualquer, pois ele sempre proporciona sentido a algo, e sua relação com a significação por vezes é complexa. Em outras palavras, a questão dos nomes e seus significados sempre geraram muita polêmica e inquietação. As propriedades de um

nome nem sempre estão postas às claras, causando, geralmente, certa polêmica entre os filósofos e linguístas.

Esta historiografia começa com Platão (428/348 a.C.), por ser um dos grandes pensadores da história da humanidade. Falou de quase tudo o que hoje estudamos e investigamos. Nossos pensamentos e elucubrações não escapam da visão e do alcance que ele e suas ideias tiveram.

Logo depois, temos Santo Agostinho (354/430 d.C.), um fiel homem servidor e discípulo de Deus, que em um de seus livros mais famosos, *Confissões* (1973), escreveu sobre o seu aprendizado com a fala. Nesse livro, Santo Agostinho falou sobre a linguagem, o que entendia por ela e também como ela funciona, que é a parte que nos interessa. Depois passamos para Frege (1848/1925), que percorrendo os caminhos da lógica, chegou até a filosofia da linguagem, discutindo o que os nomes desempenham.

Saussure (1857/1913), por sua vez, concebe a linguagem em uma divisão língua e fala. Este autor foi muito importante para os estudos linguísticos porque, entre outras coisas, mostrou aspectos da língua que permitiu o avanço dos estudos sobre a linguagem. Em seguida, Wittgenstein criticou Santo Agostinho e postulou outras concepções de nome e de linguagem. Na época de Wittgenstein (1889/1951) os estudos sobre linguagem começavam a ganhar um espaço diferenciado e um novo olhar, tendo mais importância.

Austin (1911/1960), percorrendo uma reflexão parecida com o de Wittgenstein, aprofundou seus estudos no aspecto informal da língua e concedeu mais importância à fala. Por fim, e para finalizar esse percurso, encerro com dois autores contemporâneos, Rajagopalan e Avtar Brah, o primeiro linguista e última, socióloga.

1 PLATÃO E AS ORIGENS CONCEITUAIS SOBRE O NOME

O nome, para Platão (2001), suscita uma questão ontológica, ou seja, de existência. Portanto, nomear era considerar a pressuposição da existência de algo. Ao analisar a relação dos nomes com o estado de coisas no mundo, ele formulou o problema ontológico dos nomes: se há um nome é porque há o que é nomeado. É possível falar significativamente de coisas que não existem? E se não existem, fala-se então do nada, um não-ser? Para Platão (*Op. cit.*), nada pode ser afirmado com sentido acerca

do nada, do não-ser, pois sobre o não-ser não há significado. Então, nada se poderia falar sobre ele com sentido porque ele não faz parte da realidade.

Usar um nome é como um compromisso que se estabelece. Um compromisso de que aquilo existe na realidade, sendo, portanto, verdade. Platão (2001) trata, no diálogo estabelecido entre Sócrates e Hermógenes, da questão da nomeação de maneira essencialista. Hermógenes não acredita que os nomes possuem uma motivação e, portanto, esse nome é arbitrário. Para ele, a justeza dos nomes não se baseia em outra coisa senão em uma convenção ou em um acordo. Os nomes obedecem à lei do costume e do hábito. Então, Hermógenes argumenta que sendo assim é possível mudar o nome das coisas sem que haja prejuízo de acerto.

Sócrates, por sua vez, questiona a convencionalidade dos nomes. Ele questiona primeiramente se a mudança dos nomes é algo que qualquer um possa fazer quando quiser, se essa mudança acontece dessa maneira mesmo tão livre e se ela traz prejuízos. Logo em seguida, lembra Hermógenes de que é tanto possível dizer um nome verdadeiro quanto um falso. Pode-se tanto dizer a verdade ou mentir ao pronunciar um nome. Quer dizer, posso designar um objeto com um nome falso, que não corresponda ao objeto.

Se eu dou nome a uma coisa qualquer, digamos, se, ao que hoje chamamos homem, eu der nome de cavalo, a mesma coisa passará a ser denominada homem por todos, e cavalo por mim particularmente, e, na outra hipótese, homem apenas para mim, e cavalo para todos os outros? Logo, é possível dizer nomes verdadeiros e nomes falsos, uma vez que há proposições de ambas as modalidades (PLATÃO, 2001, p. 147-148).

Platão (2001), ao dar voz a Sócrates, instaura a noção de verdade que não se aplicaria apenas aos nomes, mas aos homens e a todas as coisas e seres do mundo. A verdade seria única, não dependendo do juízo de cada um. Porém, ao mesmo tempo ela não seria semelhante nem simultânea a todos, mesmo sendo única. Dessa forma, a verdade das coisas, voltando aos nomes, existiria por si mesma. Com isso, Platão (2001) chega à essência das coisas e seres no mundo. A verdade não depende de cada indivíduo em particular.

Ora, se as coisas não são semelhantes ao mesmo tempo, e sempre, para todo o mundo, nem relativas a cada pessoa em particular, é claro que devem ser em si mesmas de essência permanente; não estão em relação conosco, nem na nossa dependência, nem podem ser deslocadas em todos os sentidos por nossa fantasia, porém, existem por si mesmas, de acordo com sua essência natural (PLATÃO, 2001, p. 149).

Para Platão (2001), as coisas obedecem a uma ordem da natureza, uma ordem que seria natural a todas elas. Com a nomeação, apesar de ser uma ação, a ordem natural também existe e é ela quem designa as coisas. Hermógenes chega a questionar que a nomeação possa ser tida como uma ação que seguiria uma forma de ser também natural do próprio indivíduo, ao que Sócrates responde que “as ações se realizam segundo sua própria natureza” (*Op. cit.*, p. 150). Em outras palavras, qualquer ação, inclusive a de nomear, corresponde a uma natureza própria. “Logo, nomear também é ação, uma vez que falar é uma espécie de ação, com relação a certas coisas. [...] Ora, as ações, como já vimos, não são relativas a nós, mas tem cada uma sua própria natureza” (*Op. cit.*, p. 151).

O que Platão (2001) fez foi dar certa autonomia às ações, uma autonomia dependente da verdade, de um modo natural e certo de agir de cada coisa. Não corresponder a esse modo correto de cada coisa, ou seja, à essência de cada ser no mundo significa errar. O erro na nomeação diz respeito a errar quanto à denominação que fazemos por meio de um nome. Platão (*Op. cit.*) afirmou que nomear é também seguir uma essência ou verdade, mas que a possibilidade de errar existe, e assim a coisa nomeada ficaria com uma designação falsa.

Para ele, a nomeação é uma função da linguagem, como um instrumento, seguindo o seu próprio exemplo, um furador que utilizamos para perfurar, ou uma lançadeira que usamos para tecer. Da mesma maneira, o nome é o que usamos para nomear. Nomear é designar alguma coisa, e isso, segundo Platão (2001), significa dar informação da coisa designada aos outros. Ou seja, é distinguir uma coisa entre outras, conforme suas constituições.

Dessa forma, Platão (2001) começa a fazer associação entre a nomeação e a identidade. Se nomear é designar algo sobre alguma coisa, e isso é informar e distinguir essa coisa das demais de acordo com as suas próprias características, então nomear é um ato que promove a identidade. Nomear separa por meio da diferenciação uma coisa da outra, separa e difere os seres e os estados de coisas, criando a identidade.

Platão (2001), mesmo admitindo que esse processo decorra de uma separação e distinção entre as coisas, de acordo com a constituição de cada uma delas, ele ainda continuou afirmando que essa constituição seria natural e que o nome obedece a essa constituição. Para este filósofo, o nome segue a essência das coisas, pois, se cada coisa tem uma essência, é cabível de serem distinguidas e

separadas. Essa essência seria natural, sendo aquilo que dita como deve ser designado o objeto. Portanto, para Platão (*Op. cit.*), o nome obedece à propriedade de cada objeto.

Perceber essa propriedade em cada ser ou coisa não é tarefa para qualquer um. Platão (2001) acreditava que como todos os outros ofícios e artes do mundo, como todas as outras profissões, apenas quem é qualificado para aquela arte ou tarefa é capaz de dar nome às coisas. Apesar de o professor ser a pessoa que faz uso dos nomes, é o legislador, segundo ele, que está apto para nomear. É o legislador que consegue captar a propriedade de cada coisa porque é a lei que transmite os nomes para nosso uso.

O legislador tem o caráter de “fazedor de nomes” (PLATÃO, 2001, p. 153), considerado por Platão (*Op. cit.*) até como o mais raro de todos os artistas. Raridade explicada pela sabedoria que deve ter um legislador quando junta os sons e as sílabas para formar um nome. O trabalho maior está em saber a exata correspondência entre essa junção de sons e sílabas com a natureza de cada objeto. Um *fazedor de nomes* deve ter a habilidade de captar a natureza do objeto e aplicá-la sempre com bastante atenção no que o nome significa para que ele não escape ao objeto, ou seja, a sua natureza.

Mesmo para os bárbaros Platão (2001) justifica a diferença dos nomes e a continuidade da essência do objeto afirmando que o nome deve reproduzir a idéia apropriada de cada coisa. Então, o nome carrega a propriedade do que nomeia. Tarefa um tanto difícil e que não se aplica a todos os indivíduos. Dessa forma, Platão (*Op. cit.*) resolveu a questão inicial de quando Hermógenes afirma que qualquer um pode mudar os nomes das coisas, pois nem todos podem dar nomes às coisas. “Nem todo homem é formador de nomes, mas apenas o que, olhando para o nome que cada coisa tem por natureza, sabe como exprimir com letras e sílabas sua idéia fundamental” (*Op. cit.*, p. 156).

Sob esta visão, o filósofo descarta completamente as mulheres da ação de nomear. No diálogo, Sócrates pergunta a Hermógenes quem tem maior capacidade de nomear, um judicioso ou um insensato, ao que Hermógenes responde ser o judicioso, claro. Sócrates continua e pergunta quem é mais sensato, homem ou mulher, e a resposta também não é inesperada: o homem.

Com isso, podemos entender que Platão (2001) acreditava na essência das coisas, separando todas elas em certo e errado. Para ele, as mulheres errariam se dessem nomes, porque de fato é da natureza delas serem menos sensatas que os homens. Elas não perceberiam a propriedade das coisas para nomeá-las, o que conferiria aos objetos nomes errados, falsos, que não representariam suas respectivas naturezas.

A ideia de verdade e falsidade, certo e errado, vem de uma visão na qual o mundo é regido por regras naturais, e o que foge a essas regras é tido como errado e monstruoso. Nesse caso, a essência da coisa não muda e o nome não deve mudar também. Por isso, Platão (2001, p. 159) afirmou que “nem ainda, quero crer, poderia ter o nome de homem o produto que nascesse sem as características humanas”.

Isso comprova que a discussão sobre nomear diz respeito à ontologia do ser e, por isso, o ato de nomear se torna tão preponderante. Nessa visão, a natureza está intimamente ligada à nomeação porque ela é sempre a justificativa e parâmetro para a realização de ações relacionadas à linguagem. O nome adquire poder porque ele produz efeito de carregar a essência do que nomeia.

2 A IMPORTÂNCIA DOS NOMES NA AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM PARA SANTO AGOSTINHO

Em seu livro *Confissões* (1973), ao falar sobre a sua aquisição de linguagem, Santo Agostinho descreve uma situação em que ao pronunciar um nome algo lhe era trazido. Dessa forma ele justifica a associação recíproca do nome às coisas no mundo, como está na seguinte afirmação sobre sua infância:

Dessa época já eu me lembro, e mais tarde adverti como aprendera a falar. Não eram pessoas mais velhas que me ensinavam as palavras, com métodos, como pouco depois o fizeram para as letras. [...] Retinha tudo na memória quando pronunciavam o nome de alguma coisa, e quando, segundo essa palavra, moviam o corpo para ela. Via e notava que davam ao objeto, quando o queriam designar, um nome que eles pronunciavam. Esse querer era-me revelado pelos movimentos do corpo, que são como que a linguagem natural a todos os povos e consiste na expressão da fisionomia, no movimento dos olhos, nos gestos, no tom da voz, que indica a afeição da alma quando pede ou possui e quando rejeita ou evita. Por este processo retinha pouco a pouco as palavras convenientemente dispostas em várias frases e freqüentemente ouvidas como sinais do objeto. Domando a boca segundo aqueles sinais, exprimia por eles as minhas vontades (AGOSTINHO, 1973, p. 31-32).

Para Santo Agostinho (1973), a aquisição da linguagem pelas crianças, tomando por base a sua aprendizagem, é um processo ostensivo no qual sempre que um nome é falado um objeto ou algo é mostrado ou apontado. Então, o nome deve ser repetido várias vezes até que a criança o grave na memória e fale o nome sempre que desejar o que lhe corresponde.

O que Santo Agostinho (1973) afirmou é que a criança entende que os nomes designam coisas e objetos. Tal entendimento cria na criança uma associação entre o nome e o objeto e faz com

que sempre que se diga um nome o objeto associado apareça na mente dela. Ou sempre que ela queira retratar o objeto ela se lembre do nome que está associado a ele e o fale.

O nome, na concepção de Santo Agostinho, é uma ferramenta indispensável para a aquisição da linguagem. Dessa forma, primeiramente os nomes *significam*, pois quando ele fala sobre *sinais do objeto*, o que ele está dizendo nada mais é que: os nomes possuem um significado que é atribuído a eles mesmos, sendo que esse significado são os objetos a que eles se referem. Com isso, o que Santo Agostinho (*Op. cit.*) descobriu e ressaltou sobre os nomes, sendo isso que capacita a criança a falar, é a função que eles possuem de denotar.

Um nome denota algo. Um nome não é o objeto em si mesmo, mas é como se chama ou se fala do objeto. Logo, o nome denota algo ou alguma coisa. É um tanto simplista a concepção de nome para Santo Agostinho (1973), porque eles não necessariamente denotam algo ou precisam denotar para que desempenhem uma função, pois os nomes podem simplesmente, ser usados sem qualquer relação com algo, ou seja, sem denotar ou indicar algo.

Além disso, é simplista a maneira como Santo Agostinho (1973) tratou a relação dos nomes com a aquisição da linguagem. O que ele descreve é a linguagem em funcionamento, um funcionamento básico e singular que só acontece a partir dos nomes e da memória que a criança dispõe para armazená-los, sem polissemias, sem ambiguidades e sem mal-entendidos. Uma palavra correspondendo exatamente a algo. Pensando assim, a aquisição de linguagem estaria comprometida, pois apenas um processo aconteceria com a criança, o de querer algo e entender que existe uma equivalência ao dizer o nome do que se quer.

Sumariamente, Santo Agostinho (1973) ressaltou que o nome denota. “Via e notava que davam ao objeto, quando o queriam designar, um nome que eles pronunciavam” (p. 32). A simplicidade do pensamento do autor diz respeito a esta redução da função da linguagem, através do nome, na qual as palavras denotam.

Quando este autor conta sobre o seu aprendizado – colocando as palavras em referência a um objeto e dizendo que bastou aprender os nomes e guardá-los na memória para que pudesse começar a falar e, portanto, a se comunicar com os outros –, o que ele faz é descrever bem uma situação comunicativa, que também é primitiva, mas não o âmbito geral da linguagem e o da função dos nomes.

3 IGUALDADE E DIFERENÇA DOS NOMES EM FREGE

Frege (1978) começa a falar sobre os nomes analisando a igualdade e com o que ela se relaciona, se é entre os nomes, ou entre os objetos, ou ainda entre os sinais dos objetos. Então ele propõe que $a=a$ e $a=b$ são duas sentenças que possuem valores diferentes. A primeira nada acrescenta em valor cognitivo, posto que essa igualdade acontece entre os mesmos nomes, “a”, e seria a relação que o objeto tem com ele mesmo. Diferente da igualdade $a=b$ em que os nomes são diferentes, “a” e “b”.

Mesmo com a diferença entre os nomes, se forem verdadeiras, as duas sentenças referem-se ao mesmo objeto, sendo que os dois nomes, “a” e “b”, são iguais. Se pensarmos “a igualdade como uma relação entre aquilo a que os nomes “a” e “b” se referem” (FREGE, 1978, p.61), então $a=b$ é sim igual e a mesma coisa que $a=a$. Mas a questão é que $a=b$ expressa uma relação entre os nomes, pois “a” e “b”, ao serem iguais, quer dizer que se referem ao mesmo objeto. Se os dois nomes se referem ao mesmo objeto, mas não são semelhantes, como $a=a$, o que muda são os nomes e a relação que existe entre eles.

Mas esta relação se manteria entre os nomes ou sinais, apenas na medida em que denominassem ou designassem alguma coisa. Ela seria mediada pela conexão de cada um dos dois sinais com a mesma coisa designada. Esta conexão, porém, é arbitrária (FREGE, 1978, p. 61).

Portanto, a sentença $a=b$ são nomes que não querem dizer mais sobre a coisa nomeada, e sim sobre a maneira como ela é nomeada. Frege (1978) postula que uma diferença existe se a diferença entre os nomes for quanto ao modo de apresentação do que eles designam. As diferentes designações para o mesmo objeto são, para Frege, nomes que indicam ao mesmo tempo modos de apresentação sobre um mesmo ponto, e os diferentes modos de apresentação é o que “contém um conhecimento real.” (p. 62). Assim temos diferentes nomes para designar a mesma coisa, e isso quer dizer diferentes modos de apresentação do que é designado. A este modo de apresentação do objeto, Frege chamou de sentido.

É, pois, plausível pensar que exista, unido a um sinal (nome, combinação de palavras, letra), além daquilo por ele designado, que pode ser chamado de sua referência, ainda o que eu gostaria de chamar de o sentido do sinal, onde está contido o modo de apresentação do objeto. Conseqüentemente, segundo nosso exemplo, a referência das expressões “o ponto de intersecção de a e b ” e o “ponto de intersecção de b e c ” seria a mesma, mas não os seus sentidos. A referência de “Estrela da Tarde” e “Estrela da Manhã” seria a mesma, mas não o sentido (FREGE, 1978, p. 62, ênfase minha).

Podemos chegar a um objeto por diferentes formas. Existem várias maneiras de designar um objeto, vários nomes e palavras para se chegar até ele; e esses diferentes nomes, que designam ou referem de maneiras diferentes o mesmo objeto são diferentes modos de apresentação, sendo diferentes sentidos. Frege (1978) explica que “por ‘sinal’ e por ‘nome’, entendi qualquer designação que represente um nome próprio, cuja referência seja um objeto determinado [...] mas não um conceito ou uma relação” (p. 62). O *nome próprio* a que Frege se refere não são apenas palavras, mas também sentenças que “[...] desempenhem o papel de um nome próprio” (p. 63).

Frege (1978) acrescenta que o sentido de um nome “é entendido por todos que estejam suficientemente familiarizados com a linguagem ou com a totalidade de designações a que ele pertence.” (p. 63). Mas que nós nunca conseguiremos dizer com exatidão todas as referências de um objeto, porque nunca saberemos dizer se tal sentido pertence ou não a tal referência. Nunca captaremos todos os sentidos de um objeto porque uma referência não possui apenas um sentido determinado.

A relação entre o nome, o sentido e a referência de um objeto se dá da seguinte forma: ao nome “corresponde um sentido determinado, e ao sentido, por sua vez, corresponde uma referência determinada, enquanto que a uma referência (a um objeto) não deve pertencer apenas a um único nome” (FREGE, 1978, p. 63). Em outras palavras, a relação que Frege estabeleceu pode ser explicada e entendida assim: o nome corresponde a um sentido, e o sentido corresponde à referência. E os sentidos possuem diferentes expressões.

Certamente deveria corresponder, a cada expressão, que pertença a uma totalidade perfeita de sinais, um sentido determinado; mas, freqüentemente, as linguagens naturais não satisfazem a esta exigência e deve-se ficar satisfeito se a mesma palavra tiver sempre o mesmo sentido num mesmo contexto (FREGE, 1978, p. 63).

O que Frege (1978) afirma é que os sentidos variam de acordo com seu contexto e que nenhum deles é suficiente para apanhar o objeto em sua totalidade. E que, além disso, os sentidos não garantem uma referência. Ou seja, um nome pode sempre ter e fazer sentido dentro de uma cultura ou sociedade, mas mesmo que um nome faça e tenha sentido ele pode não ter uma referência, pois pode não se conhecer de fato a que esse nome se refere. Os exemplos dados por Frege são bastante esclarecedores, como as sentenças: o corpo celeste mais distante da Terra, ou, a série que converge menos rapidamente.

Portanto, Frege (1978) mostra que as expressões e os nomes, e até uma sentença inteira, pode ter sentido, e o sentido pode ser sempre assegurado. Mas ter um sentido não assegura uma referência. Isto é, o sentido não precisa necessariamente corresponder a um referente. Um nome pode ter sentido sem ser necessário que ele tenha uma referência.

Portanto, o nome possui duas funções, ele localiza um lugar, uma posição dos objetos a que se refere, e indica modos de se chegar ao objeto ou de se falar sobre ele. O nome posiciona as coisas no mundo – indica um modo de apresentação; o nome também apenas significa, sem necessariamente se referir a um objeto, ele pode apenas fazer sentido e acrescentar algum conhecimento real sem fazer uma referência a algo real.

Denotar e significar não precisa acontecer simultaneamente, e, ainda, a falta de uma delas, por exemplo, da denotação ou referência, não invalida a palavra quanto ao seu significado. Lembrando de Santo Agostinho (1973), percebemos que, em sua ideia sobre os nomes, ele visava apenas uma função deles, deixando outras de lado. Frege (1978) amplia esse pensamento afirmando que existe uma representação associada ao nome, sendo distinta da referência e do sentido. A representação é subjetiva, segundo ele, pois nem sempre ela está associada ao mesmo sentido para cada um dos indivíduos. O sentido pode ser partilhado por muitos, porém a representação é uma “parte ou modo da mente individual” (p. 65).

Ao avançar de seus estudos, Frege (1978) questionou o valor de verdade das sentenças. Ao mostrar que nem todo nome possui referência, mesmo tendo sentido, ele esclarece que nem todas as proposições podem ser medidas quanto ao seu valor de verdade, porque nem todas elas possuem uma referência.

A referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos; a representação que dele temos é inteiramente subjetiva; entre uma e outra está o sentido que, na verdade, não é tão subjetivo quanto a representação, mas que também não é o próprio objeto (FREGE, 1978, p.65).

Com as postulações de Frege (1978) uma preciosa descoberta foi feita: as palavras não precisam necessariamente denotar algo para que existam. A garantia da existência das palavras é o sentido que cada uma possui, por isso, ter sentido é o mínimo que um nome precisa ter para existir. Dessa forma, mesmo que se fale sobre o nada, se essa palavra possui sentido, então, ela existe.

4 A ARBITRARIEDADE DO SIGNO DE SAUSSURE PARA A COMPREENSÃO DO NOME

Com Saussure, no *Curso de linguística geral* (2003), veremos que a língua é formada por signos compostos por duas partes: significante e significado. Os signos são dados pelo social como definições que seriam comuns entre as pessoas e que, por isso, tornaria capaz a comunicação e o entendimento entre elas.

Saussure (2003) defendeu que a união do significado com o significante não possui nenhuma relação fundamental ou essencial. O que os une não é de modo algum fixo, é arbitrário. A prova imediata disso é a variedade de línguas que existe, cada uma fazendo relações distintas entre significante e significado. Esse foi o primeiro princípio da língua postulado por Saussure, porque é o princípio que domina toda ela: o princípio da arbitrariedade.

O significante é vazio de razão que justifique seu significado. Ele se une a um significado em vez de ser criado por ele. O significante é imotivado, ele é arbitrário na associação com o significado. Não é uma união natural ou lógica. O significado, por sua vez, não depende da livre escolha dos falantes. Os significados estão sujeitos à ação temporal por seu caráter coletivo, porque são estabelecidos na coletividade.

A arbitrariedade corresponde à união do significado com o significante, uma união que carece de motivação. A arbitrariedade do signo não pode ser confundida com a livre escolha do falante. Os signos são postos por convenções e são também convencionalmente aceitos.

Os nomes, como toda a língua, também são arbitrários. Isso quer dizer que um nome é a união de um significante a um significado que implica características ao que é nomeado, sendo que essas características são totalmente arbitrárias. Elas são postas sem obedecer a nenhuma razão lógica ou causal. São postas convencionalmente também, de acordo com os sentidos que cada grupo tem. Os nomes são arbitrários, sendo construções e produções culturais, pois eles são criações linguísticas.

Essa relação arbitrária se estende a todos os nomes. Não serve apenas para o que é concreto, ou só para os nomes próprios, ou ainda apenas para seres vivos, mas alcança os nomes que usamos para os pensamentos e conceitos abstratos que também se diferenciam uns dos outros pelo mesmo modo. Em um nome são abrigados os que, segundo semelhanças, se encontram pertinentes sob uma representação.

5 JOGANDO COM A LINGUAGEM: AS POSTULAÇÕES DE WITTGENSTEIN ACERCA DO NOME

Wittgenstein (1994) começa em seu livro *Investigações Filosóficas* questionando e criticando o pensamento de Santo Agostinho (1973) sobre a linguagem, pois para Wittgenstein o nome não refere sempre a algo, ele pode não designar nenhum objeto ou estado de coisas. “Santo Agostinho não fala de uma diferença de espécies de palavras. Quem descreve o aprendizado da linguagem dessa forma, pensa, acredito eu, primeiramente, em substantivos [...] e em nomes de pessoas” (WITTGENSTEIN, 1994, p. 15).

Acreditar que os nomes significam, carregando sinais que designam o objeto, é acreditar que os nomes denotam. Santo Agostinho (1973) tentou colocar a linguagem possuindo uma essência, que seria a de designar objetos. Wittgenstein (1994) questionou essa ideia, porque dela partimos para outra que é a de que toda palavra denota. Um nome denota um objeto.

Wittgenstein (1994) não acreditava que toda palavra denotasse algo ou que todo nome remetesse a um referente, e ele dá um exemplo sobre uma anotação de compras: em uma lista está escrito “cinco maçãs vermelhas” e então ele pergunta: “qual a denotação da palavra ‘cinco’? – Aqui não se falou disso, mas apenas de como a palavra ‘cinco’ é usada.” (p. 172). Isto é, a palavra “maçã” designa um objeto, assim como a palavra “vermelha” designa uma cor. Mas a palavra “cinco” não designa nenhum objeto ou coisa palpável, ou um estado de coisas. Esse termo não denota nada. Porém, para Wittgenstein “cinco” significa seu uso como numeral e sua referência neste caso não influencia em nada em seu uso.

De outra maneira, Wittgenstein (1994) leva mais adiante o que Frege (1978) já dizia ao analisar a linguagem em uso, que os nomes não apenas denotam, pois em algumas situações eles podem apenas significar, ter sentido. Aplicando isso para o uso da linguagem, Wittgenstein explicou que os nomes em várias vezes só precisam ter sentido para que funcionem, para o uso deles.

Ao retomar Santo Agostinho (1973), Wittgenstein (1994) aponta a limitação e simplicidade desse autor ao acreditar que todos os nomes denotam ou designam algo. Simples porque vários nomes não irão se referir a coisas e objetos reais, concretos, palpáveis e perceptíveis por nossos sentidos. Mesmo não tendo referência, esses nomes terão sentido, o que garante o seu funcionamento na linguagem.

Discutindo sobre a visão agostiniana de linguagem, Wittgenstein (1994) entendeu que aprender a falar dessa forma é como um treino ou um ensino ostensivo das palavras, pois não há

explicação, há repetição. Forma uma associação entre o nome e a coisa, e uma "imagem da coisa se apresenta à mente da criança quando ela ouve a palavra." (p. 18). No entanto, ainda que essa seja uma das finalidades da linguagem, como afirma Wittgenstein, em outros casos "não é finalidade das palavras despertar representações." (p. 18).

Ao usar novamente exemplos que falam sobre cores e numerais, Wittgenstein (1994) mostra que o processo operado pelo indivíduo se torna mais complexo e abstrato. Com isso, ele argumenta também que as crianças ao aprenderem uma língua devem saber a série de numerais decorada e "ela tem que aprender o seu uso." (p. 19). Neste caso, pode-se dizer que o ensino das palavras é ostensivo?

A linguagem em uso é o foco deste autor, portanto, ele argumenta que os nomes podem possuir uma designação, mas eles nem sempre a possuem, e, em muitos dos casos, mesmo que eles possuam, a designação pode não interferir em nada no uso desses nomes. Assim, ele argumenta:

A palavra "designar" é empregada de modo mais direto talvez lá onde o signo repousa sobre o objeto que designa. [...] É assim, e de uma maneira mais ou menos semelhante, que um nome designa uma coisa, e que se dá um nome a uma coisa. Será sempre útil, quando filosofamos, dizermos a nós mesmos: dar nome a algo é semelhante a afixar uma etiqueta em uma coisa (WITTGENSTEIN, 1994, p. 21-22).

O que podemos depreender dessa ideia é que no uso da linguagem a relação dos nomes com os seus objetos e referentes se dá de uma forma quase automática, para não dizer inteiramente. Essa forma automática acontece apenas com o uso da linguagem e opera com os sentidos dos nomes, principalmente. A isso Wittgenstein (1994) chamou de *jogos de linguagem*, consistindo no uso prático da linguagem no qual o que se fala são as menores partes significativas de uma sentença. É como uma economia linguística em que quanto menos palavras para fazer sentido forem usadas, melhor para a comunicação.

6 O ATO DE NOMEAR PARA AUSTIN

Nos anos 60, Austin escreveu a obra *Como fazer coisas com palavras* (1976), na qual estuda a linguagem ordinária, seguindo e aprofundando os estudos de Wittgenstein (1994) sobre a linguagem em uso. Austin nos mostra outras concepções e funções da linguagem, como a visão performativa. Para ele, dizer implica fazer. Por isso, dizer alguma coisa não significa a simples descrição de algo, ou

um relato de um acontecimento, muito menos apenas a declaração de alguma coisa, pois toda declaração em si realiza uma ação.

Austin (1976) instaura outra modalidade da linguagem, que é a ação. Nesse caso, o nome opera de maneira diferente e faz mais do que denotar, referir e significar. Austin parte para entender o que o ato de nomear pode querer dizer ou fazer? Ou seja, o que o ato de nomear pode representar? Por acreditar que a linguagem opera ações, ele chega até essas perguntas mostrando que elas interferem muito na nossa concepção de linguagem e, conseqüentemente, de nome.

Primeiramente, Austin (1976) separou as sentenças em dois grupos, constativos e performativos. Os constativos seriam as sentenças assertivas e declaratórias que continuariam passíveis à atribuição de valor de verdade. Isto é, esses tipos de sentenças podem ser medidas quanto ao seu valor de verdade e serem classificadas em verdadeiras ou falsas.

Já os performativos seriam as sentenças mascaradas, aquelas que se disfarçam porque parecem desempenhar uma função quando na verdade desempenha outra. Nesse caso, os performativos se disfarçam de sentenças declarativas, em vez de declararem ou descreverem algo, fazem. Em outras palavras, as sentenças constativas teriam a função de descrever a realidade ou declarar alguma coisa ou fato do mundo, e as performativas realizariam uma ação.

Porém, podemos facilmente nos enganar se uma sentença é constativa ou performativa. Austin (1976) diz que as performativas se camuflam como se fossem constativas, pois não percebemos de pronto que mais que declarar ou descrever o mundo essas sentenças performativas provocam uma ação no mundo. Ao final, ele defende que a dificuldade em separar constativo de performativo acontece porque todas as sentenças são performativas.

Dessa forma, Austin (1976) parte para a análise de um ato performativo e o divide em três partes chamadas de locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Todas essas partes acontecem juntas, não são separáveis, porque elas, juntas, formam o ato de fala. Como locucionário, Austin delimitou a sentença em si, a locução com todos os sons e toda a gramática de uma língua, o enunciado. De ato ilocucionário, ele chamou a ação que a sentença opera, e de perlocucionário as suas conseqüências ou efeitos.

Esses efeitos não precisam ser os esperados pelas pessoas envolvidas no ato de fala, podem ser outros. Na verdade, eles sempre existirão, pois toda ação tem efeitos, e com o ato de fala não é diferente. Por isso não são separáveis, ou não há como acontecer só um ou dois destes atos. Os três

acontecem juntos, porque dizer algo significa fazer algo, e fazer significa ação que sempre vem acompanhada de um ou mais efeitos.

Dizer que falar implica em fazer é uma maneira de dizer que o ato de fala tem força, senão não realizaria ação. Mas essa força não está na própria palavra em si, está em todo o conjunto que a possibilita existir e ter sentido. Para ter força de realizar a ação que se quer, o ato de fala precisa vir acompanhado das convenções que o governam. Essa noção pode ser relacionada com os jogos de linguagem de Wittgenstein (1994), só que aqui com uma análise mais detida e profunda sobre as convenções de uso da linguagem.

Austin (1976) mostrou que para que uma fala realize uma ação é preciso que convenções sejam respeitadas e seguidas. São as condições que devem ser satisfeitas para que um ato seja realizado de forma feliz, que significa completa. Caso esses procedimentos não sejam satisfeitos teremos um caso de infelicidade, no qual o ato esperado não acontecerá por violação de alguma convenção. Ele separou seis condições, entre as quais as quatro primeiras correspondem a desacertos nos quais há a tentativa do ato, mas é uma tentativa nula. E os dois últimos Austin considerou como abusos em que o ato é vazio.

Os desacertos provêm das más invocações feitas ou pela realização de um ato sem autorização, e por más execuções. Essas possibilidades ainda se dividem em aplicações aceitas por meio de um acordo convencional, no qual as pessoas devem ser aceitas convencionalmente também, em más aplicações dos atos de fala, em um uso incorreto, e em atos mal inacabados. Já os atos abusivos ou vazios acontecem porque são insinceros ou porque não se finalizam.

As infelicidades causadas por abusos são mais difíceis de se perceber enquanto o ato de fala está sendo feito, e elas também são mais difíceis de se separar. Não tem como saber se uma pessoa está sendo insincera quando faz uma promessa, por exemplo, até que ela a deixe de cumprir. Deixar de cumpri-la talvez não seja por falta de sinceridade no momento em que ela é feita, mas por motivos de não ter como cumprir ou fatores que estão fora das intenções e pensamentos no momento da promessa.

Já as outras infelicidades dependem de fatores externos aos atos de fala e não se realizam satisfatoriamente porque o procedimento é incorreto. São fatores externos às pessoas e aos seus sentimentos, pensamentos e intenções. Fatores de erro na execução da convenção. Ou seja, as infelicidades que decorrem por esses motivos são provocadas pelo não cumprimento de regras e

convenções estabelecidas socialmente. São derivadas de um acordo feito no âmbito social que pede pessoas certas para pronunciar palavras certas, em momentos exatos. É o caso do casamento, por exemplo, onde o líder religioso é que pode declarar marido e mulher, e só ele pode dizer *eu vos declaro marido e mulher* durante a cerimônia de casamento.

Não que outra pessoa não possa dizer essa frase, mas o efeito dela durante o casamento e o sermão do líder tem um peso diferente e muito mais importante e certo do que alguém que, por exemplo, assiste ao casamento. Assim como apenas os noivos, devidamente vestidos e preparados para tal acontecimento, são os únicos que podem dizer “sim” ao líder. As convenções funcionam na mesma lógica dos rituais em que tudo tem um tempo certo para acontecer e uma posição certa para ocupar. Como é imprescindível nos rituais, a fala certa dos participantes é a parte mais importante do ritual, porque é a que realiza, de fato, a ação.

Todos os momentos e exigências do ritual devem ser obedecidos e preenchidos, mas é a fala dita, obedecendo também às regras impostas, que realiza a ação esperada. Mesmo que a fala seja a parte mais importante do ato de fala que realiza a ação, quer dizer, mesmo que ela seja a parte fundamental da convenção, todas as outras precisam ser preenchidas e seguidas corretamente, porque senão as infelicidades podem acontecer. Dessa forma, o ato de fala não se torna feliz porque não se cumpre como o desejado.

Um ato pode não ser finalizado corretamente porque o procedimento desse ato pode não existir, quer dizer, ele pode não ser aceito convencionalmente, ou pode ser uma tentativa incorreta, inadequada para realização de um ato de fala. É uma má invocação. Ou porque o procedimento é mal executado, pois o procedimento deve ser seguido corretamente em todos os seus passos.

Desmistificando as pretensões filosóficas que medem a linguagem nela mesma quanto ao valor de verdade, Austin (1976) mostra com sua teoria, e principalmente por meio das infelicidades, que toda a linguagem é uma produção e uma construção que depende do sujeito. Sujeito e língua aparecem juntos na linguagem.

Não é possível separar sujeito e linguagem, porque tanto o sujeito quanto a língua operam o mundo. Os dois são considerados agências dentro da visão performativa, porque os dois realizam ações. Isso ressalta a importância do sujeito para a constituição da performatividade do ato de fala. Conceber a linguagem como performativa é questionar uma suposição filosófica antiga, como coloca Austin,

[...] a suposição de que dizer algo, pelo menos nos casos importantes de consideração, é sempre e simplesmente dizer algo. Não há dúvida de que essa suposição é inconsciente, não há dúvida de que é precipitada, mas parece totalmente natural na filosofia. Temos que aprender a correr para poder caminhar (AUSTIN, 1976, p. 12).²

Quem fala e de onde se fala são questões centrais que revelam os interesses por trás do que é falado. Para a nomeação, é extremamente relevante, uma vez que o ato de nomear é performativo porque pratica uma ação que, segundo as convenções estabelecidas por Austin (1976), precisa preencher todos os requisitos para que seja completa. Vale ressaltar que, nesse ato, assim como nos outros, as posições de quem nomeia e do que é nomeado devem ser obedecidas, e essas posições revelam quem tem poder e autoridade para nomear e quem, ou o que, está subordinado a esse poder.

Austin (1976) mostra que o poder não se encontra nas próprias palavras porque existe a força ilocucionária que se refere a condições fora da linguagem. Se refere a quem diz e às condições de dizer. E essas condições acabam se tornando fundamentais para mostrar se o ato é legítimo ou não.

Como explica Bourdieu (1996, p 87), “[o] poder das palavras é apenas o *poder delegado* do porta-voz”. Na verdade, a lógica da linguagem não está nela mesma, mas vem de fora. As manifestações linguísticas obedecem a um poder exterior a ela que é revestido de autoridade.

O acesso aos instrumentos legítimos de expressão e, portanto, a participação no quinhão de autoridade institucional, está na raiz de *toda* diferença – irreduzível ao próprio discurso – entre a mera impostura dos “mascaradores” (*masqueraders*) que disfarçam a afirmação performativa em afirmação ou constativa e a impostura autorizada daqueles que fazem a mesma coisa com a autorização e a autoridade de uma instituição (BOURDIEU, 1996, p. 87 e 89).

O sujeito pronuncia as palavras, detém o ato de fala. No entanto, ele fala de acordo com o que ele pode falar, manipulando a língua com toda a sua estrutura sintática e semântica de acordo com seu interesse, mascarando suas intenções, disfarçando o seu ato performativo em descrição ou constatação de algo, tirando a autonomia e autoridade que lhe pertence ao manifestar-se linguisticamente, passando-a para a língua ou até para a natureza.

Bourdieu (1996) chama a atenção para o sujeito ou porta-voz, pois é este sujeito quem disfarça a performatividade da língua. A linguagem, portanto, não acontece sozinha, não aparece de forma isolada e independente da existência humana. Ao contrário, ela está ligada à produção feita pelo ser humano, ela surge a partir dele e os dois, linguagem e sujeito, agem no mundo. Porém, dizer isso não tira a autoridade do sujeito e não faz com que a língua adquira autoridade e força por si só. A

língua tem força, mas governada pelas circunstâncias de seu uso, que inclui tanto as convenções quanto os sujeitos.

Isso no ato de nomear se torna imprescindível já que a nomeação não é o simples ato de identificar coisas no mundo. A nomeação tem força, mas apenas terá força para nomear algum objeto ou pessoa se vier de alguém com a autoridade devida para isso. Quando se nomeia, a autoridade da palavra não é intrínseca à própria língua, como não é em nenhum outro uso da palavra. A força é designada pela pessoa ou instituição que a usa.

Essa argumentação de Austin (1976) derrubou a ideia de que a língua é transparente e que possui a função primordial de representar. A língua em todos os seus aspectos é um construto humano, significado por seres humanos. Isso confirma a arbitrariedade de Saussure na qual os significados não respondem a uma razão interna ou a uma motivação em relação ao mundo.

7 O NOME COMO ESTRUTURAÇÃO DA SOCIEDADE PARA RAJAGOPALAN

De maneira breve, Rajagopalan, no livro *Por uma linguística crítica* (2003), fala sobre o nome e a função de nomear. Explicando sobre identidades, ele diz que as relações identitárias estão definidas estruturalmente e que “esta nova postura nos obriga a adotar uma visão nominalista em relação ao mundo” (p. 71). Isso porque, segundo ele, desde a criação do mundo com a linguagem adâmica, o homem primeiro começou a passear pelo jardim e a dar nomes aos outros seres. Esta atitude está diretamente relacionada a outra, que é a de identificar.

Ao dar nome aos animais, Adão os identificava separando-os uns dos outros, segundo características próximas e distantes, e dando a eles valores diferentes. “Ao dar um nome ‘próprio’ a cada animal, distinguindo-o dos demais bichos, o primeiro homem estava dando largada [...] à prática de *identificar* cada um com base naquilo que cada um não compartilhava com seus pares” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 71). Nomear, para Rajagopalan, é ato de identificação, sendo, portanto, a base da prática de identificar. É colocar cada coisa sob o mesmo nome se compartilharem semelhanças, e separar desse nome aquilo que não é semelhante.

8 A VISÃO SOCIOLÓGICA DE BRAH ACERCA DO NOME

Brah (2006, p. 335), analisando o termo “negro”, primeiro pergunta *o que há num nome*, e depois mostra que “[q]uando utilizado em relação aos sul-asiáticos o conceito é de fato esvaziado daqueles significados culturais específicos associados com expressões como ‘música negra’”. Ela mostra como o termo “negro” adquire significados diferentes de acordo com o lugar no qual ele é empregado. Isso comprova o que Wittgenstein chama de *jogos de linguagem*, no qual as palavras e seu uso estão condicionados a regras, como em um jogo, e que são regras estabelecidas historicamente contingentes e tidas convencionalmente na língua em uso.

O termo “negro” começou a ser utilizado na Inglaterra para todas as pessoas que eram migrantes, além dos negros. Isso porque o termo *pessoa de cor* “não era um simples termo descritivo. Tinha sido o código colonial para uma relação de dominação e subordinação entre o colonizador e o colonizado” (BRAH, 2006, p. 333). Brah continua afirmando que o termo passou por várias reconstituições e atualizações por causa de “processos políticos, culturais e econômicos”. Depois, ela diz, “[o] conceito de ‘negro’ surgia como um termo especificamente político envolvendo pessoas africanas-caribenhas e sul-asiáticas” (p. 333).

Em outras palavras, hoje não podemos mais entender um nome apenas como um fator linguístico. Por trás dele há outros fatores sociais que agem, especialmente porque o nome, como muito bem demonstra ela, é construído e atualizado pela história, pela contingência, pelo presente e pelas relações que o governam. Outra coisa bem mostrada por ela é *quem nomeia e quem é nomeado*. São pessoas grandes, governantes, pessoas influentes e que tem voz dentro da sociedade, que, neste caso, nomearam esse grupo específico de pessoas e os diferenciaram dos ingleses. Não é qualquer um que nomeia, é quem tem poder para isso, como disse Austin (1976).

Como as *pessoas de cor* da Grã-Bretanha eram racializadas, estigmatizadas, oprimidas, discriminadas e marginalizadas por serem chamados desta maneira, nos anos 60 e 70 o nome foi adotado como resistência para um movimento dessas pessoas mesmo, que lutavam contra a rejeição. Então, mais uma vez esse nome muda a sua configuração, pois “[c]lasse foi um importante elemento constitutivo no surgimento do conceito de ‘negro’ como cor política” (BRAH, 2006, p. 334).

Ampliando essa noção de regras e convenções, é possível visualizar que são as práticas e costumes de cada cultura que regem o uso cotidiano da língua. É a política de cada região, a religião e

as classes sociais predominantes, entre outros marcadores, que vão construindo e produzindo costumes e sentidos.

Como os processos culturais são dinâmicos, e o processo de reivindicação é também mediado, o termo “negro” não precisa ser construído em termos essencialistas. Pode ter diferentes significados políticos e culturais em contextos diferentes. Não se pode considerar que seu significado específico na Grã-Bretanha do pós-guerra tenha negado diferenças culturais entre povos africanos, caribenhos e sul-asiáticos quando a diferença cultural não era o princípio organizador dentro desse discurso ou prática política (BRAH, 2006, p. 335-336).

No caso que Brah apresenta, o nome “negro” enquadra pessoas diferentes em diferentes lugares, e o motivo da diferença são os marcadores identitários contextualizados que interseccionam as culturas, trazendo novas concepções e vinculando interesses diversos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste percurso, percebemos que a primeira definição de nome e função, apresentada por Platão, segue influenciando as demais. O que os autores contemporâneos falam claramente sobre o nome foi o que começou lá atrás. Para Platão o nome já era uma forma de identificar, pois ele dizia algo sobre o que era nomeado; o nome carregava a essência do ser ou da coisa nomeada. Podemos entender também que, se o nome carrega a essência do que nomeia logo ele nomeia, algo que faz parte do concreto, do físico. Portanto, o nome já aparece em Platão com a característica implícita de denotar, de referir. Característica que veremos em todos os autores que se seguirão.

Santo Agostinho, por sua vez, só percebeu essa característica do nome, sendo que para ele essa também era a função do nome, de denotar objetos. Depois, Frege mostra que a denotação, que para ele era a referência, não é a única característica do nome e tão pouco é a mais importante. O que Frege prova, por meio dos caminhos da lógica, é que muitas vezes os nomes não possuem referência, e que isso não retira sua relevância para a linguagem, pois o mais importante é o sentido. Além disso, ele mostra que há nomes sem referência, porém não nomes sem sentido.

Saussure, por outro lado, expressa com mais especificidade sobre a língua ao separar língua e fala como componentes da linguagem. Ele argumenta que o maior princípio da língua é a arbitrariedade, implicando em todo o funcionamento da língua e em sua dinâmica. Os nomes não fogem a essa regra, eles também são arbitrários, sendo signos formados por duas partes: significado e significante.

A importância de Saussure neste estudo está em romper com a essência creditada por Platão. Se a língua é arbitrária, os nomes também o são; então não há essência que os nomes carreguem sobre o que nomeiam. Pois a nomeação é também arbitrária. Os nomes até podem se fundar em uma razão externa à língua, porém não à própria palavra, como dizia Platão.

Wittgenstein retomou e questionou Santo Agostinho sobre sua concepção de nome e de linguagem ao considerar que o mais importante na linguagem era entender e analisar a sua prática, a linguagem em uso. Ele acreditava que era no uso que a linguagem revelava a sua complexidade e também a sua riqueza, visto que as suas funções e categorias ficavam mais claras. Indo por caminhos diferentes de Frege e provando na prática com o uso da linguagem, Wittgenstein chega à mesma conclusão: os nomes nem sempre denotam e isso não atrapalha o funcionamento da linguagem.

Austin, seguindo a mesma linha de Wittgenstein, isto é, à luz da pragmática da língua, inaugura a visão performativa de análise da língua. Com isso, Austin expõe os pontos e pressupostos que permite a ele considerar que as palavras *fazem* mais do que *descrevem*. O nome para ele é resultado do ato de nomear e acontece seguindo determinados rituais. Austin contribui mostrando que *aquela que* nomeia é alguém investido de poder para tal ato, assim como os outros atos de fala. Retornamos, então, a Platão e à pessoa que para ele era investida de poder para nomear, o Legislador.

Platão acreditava que apenas o Legislador tinha poder para nomear por ter uma sabedoria além da comum dos demais homens, porque somente ele conhecia a essência das coisas e, portanto, só ele poderia acertar ao nomear. Platão acreditava em nomes *verdadeiros* e *falsos*. Por isso, nomear significava uma questão de poder. Austin também define quem nomeia em uma posição de poder, pois não é qualquer pessoa em qualquer ocasião que pode nomear, existe uma pessoa certa para isso, uma pessoa investida de poder.

O que podemos depreender desse breve percurso historiográfico, é que desde Platão até os autores contemporâneos discutidos, Rajagopalan e Brah, a continuidade é marcada pelo fato de o nome implicar em um processo de identificação. Por outro lado, a ruptura é caracterizada tanto pela superação da ideia de essência do nome em detrimento do caráter arbitrário atribuído a ele, quanto pelo sentido que não se vincula necessariamente a uma denotação.

Então, o que é ruptura e o que é continuidade no nome? Em todos os autores a continuidade é que o nome representa identidade, identificação; assim como a propriedade de denotar, de referir. A

ruptura aconteceu quanto a descoberta de outras funções do nome, que não apenas a de denotar; quanto ao ato de nomear e quem pode nomear; e quanto à essência dos nomes, que hoje se entende que ela é arbitrária.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. **Confissões**. 1ª Ed. São Paulo: Abril, 1973.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. 2ª Ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Estudos Feministas**. n. 26, Florianópolis, 2006, pp. 329-376.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FREGE, G. Sobre o sentido e a referência. In: **Lógica e filosofia da linguagem**. Tradução: Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix, 1978. pp. 59-86.
- PLATÃO. *Diálogos*. **Teeteto Crátilo**. 3ª. Ed Editora Universitária UFPA, 2001.
- RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.
- SAUSSURE, F. **Curso de lingüística geral**. 2ª. Ed. Cultrix, 2003.
- WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. 2ª Ed. Trad. M. S. Lourenço. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996. pp. 157-205.

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade de São Paulo (USP) e mestre em Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

² “[...] the assumption that to say something, at least in all cases worth considering, i.e. all cases considered, is always and simply to *state* something. This assumption is no doubt unconscious, no doubt is precipitate, but it is wholly natural in philosophy apparently. We must learn to run before we can walk.”